



Universidade Estadual do Oeste do Paraná

Hospital Universitário do Oeste do Paraná – HUOP

Cascavel, 25 de julho de 2024.

Referência: Processo nº 21.129.082-0

Pregão Eletrônico 0405/2024 – UNIOESTE/HUOP

Pregão Eletrônico, objetivando a contratação de empresa especializada na prestação de serviço de limpeza interna e externa de ambiente hospitalar para o Hospital Universitário do Oeste do Paraná.

Ementa: Análise de pedido de impugnação em face da exigência do Capital Circulante Líquido.

I - DOS FATOS

Trata-se de pedido de *impugnação* enviado pela empresa SUL BRASIL SERVIÇOS LTDA, CNPJ. nº 46.755.805/0001-46, na licitação cujo objeto é o Pregão Eletrônico, objetivando a contratação de empresa especializada na prestação de serviço de limpeza interna e externa de ambiente hospitalar para o Hospital Universitário do Oeste do Paraná.

A empresa:

A empresa SUL BRASIL SERVIÇOS LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº 46.755.805/0001-46. Localizada na Rua Mauro de Oliveira Cavalin, nº 225 no Bairro São Sebastião, União da Vitória– PR, Fone 42 9117-0304, Proprietária ADRIELY PORTELA DA LUZ, inscrita no CPF:105.736.209-38 e RG: 13.706.704- 8, vem respeitosamente, com fulcro no art. 37, inciso XXI da Constituição Federal, no art. 3º, caput e §1º, I , c/c art. 4º, XVIII da Lei Federal 10.520/2002, Lei 8666/93 e Lei 14133/2021 que regem o tema, apresentar: IMPUGNAÇÃO AO EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90405/2024

Pelos motivos a seguir elencados:

I. PRELIMINARMENTE – DA TEMPESTIVIDADE

O Edital ora impugnado em seu item 5.1.1., assim dispõe: 5. ESCLARECIMENTOS, IMPUGNAÇÕES E RECURSOS:

5.1. ESCLARECIMENTOS E IMPUGNAÇÕES:

5.1.1. Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar edital de licitação por irregularidade na aplicação da Lei Federal n.º 14.133, de 2021 e do Decreto n.º 10.086, de 2022, ou para solicitar esclarecimentos e providências sobre os seus termos, devendo protocolar o pedido, no prazo de até 3 (três) dias úteis antes da data de abertura do certame. Sendo assim, tendo em vista que a sessão pública de abertura e julgamento das propostas está prevista para realizar-se dia 29/07/2024, a presente manifestação revela-se tempestiva, devendo ser recebida e apreciada, o que desde já se requer.

II. DO OBJETO E DAS RAZÕES DE IMPUGNAÇÃO

O Presente certame tem por objeto a contratação de empresa especializada na prestação de serviço de limpeza interna e externa de ambiente hospitalar para o Hospital Universitário do Oeste do Paraná, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas no Edital. Ocorre que em minuciosa análise ao edital constatou-se irregularidade insanável, a qual fere claramente os princípios norteadores da licitação, fazendo com que recaia sobre o processo uma nulidade absoluta, pois restringe a participação de potenciais licitantes, frustrando os princípios da isonomia e da seleção da proposta mais vantajosa, qual seja: a) EXIGÊNCIA DE COMPROVAÇÃO DE CAPITAL CIRCULANTE LÍQUIDO OU CAPITAL DE GIRO (ATIVO CIRCULANTE - PASSIVO CIRCULANTE) DE, NO MÍNIMO, 16,66% (DEZESSEIS INTEIROS E SESENTA E SEIS CENTÉSIMOS POR CENTO) DO VALOR ESTIMADO DA CONTRATAÇÃO OU ITEM PERTINENTE; O edital determina que, para fins de habilitação técnica, a licitante deve atender aos seguintes requisitos:

10.7. REQUISITOS DE HABILITAÇÃO TÉCNICA 10.7.1.1.2.6. Comprovação de possuir Capital Circulante Líquido (CCL) ou Capital de Giro (Ativo Circulante – Passivo Circulante) de, no mínimo, 16,66% (dezesseis inteiros e sessenta e seis

centésimos por cento) do valor estimado para a contratação ou item pertinente, tendo por base o balanço patrimonial e as demonstrações contábeis do último exercício social; CCL = Giro (Ativo Circulante – Passivo Circulante).

O valor exigido pelo Edital de Licitação é incompatível com a legislação e com os princípios regentes dos certames licitatórios, eis que o valor tido como quantia mínima de Capital Circulante Líquido ou Capital de Giro é manifestamente ilegal e restritivo à participação de empresas, contrariando a Constituição da República, a Lei de Licitações e os princípios aplicáveis à Administração Pública e às licitações.

O Edital de Licitação possui vício que inibe a participação de muitas empresas de prestação de serviços terceirizados aptas para cumprir a demanda exigida pelo Edital, eis que exige a comprovação de Capital Circulante Líquido ou Capital de Giro em valor de expressiva monta, sem qualquer relação mínima com o valor a ser homologado para cumprimento do contrato e baseado em mera estimativa. A título de informação os documentos que poderiam ser exigidos como forma de medir a qualificação econômico-financeira dos licitantes encontram-se elencados no art. 69 da Lei nº 14.133/2021 e assim observamos que ao apresentar uma lista do que pode ser exigido para aferir as condições econômicas da futura contratada, tem como objetivo resguardar o correto cumprimento do contrato, ocasião em que a legislação visando assegurar a capacidade econômica do contratado com a obrigação assumida, estabelece como parâmetro a ser fixado no edital (1) a capacidade financeira diante do compromisso que deverá assumir e (2) a exigência de capital mínimo ou patrimônio líquido de até 10% do valor estimado da contratação.

Neste viés ao apontar que a capacidade financeira deverá observar o compromisso a ser assumido, faz referência ao valor a ser adjudicado no contrato, sendo o valor estimado do contrato o percentual de 16,66% apresentado pelo Edital de Licitação sem qualquer embasamento técnico.

Ora, a exigência de apresentação de comprovação de Capital Circulante Líquido (CCL) ou Capital de Giro equivalendo a 16,66% contraria os termos legais, mais precisamente o que reza o artigo 69 da Lei 14.133/2021.

Não há qualquer previsão de exigência de qualificação econômico-financeira com a comprovação de Capital Circulante Líquido (CCL) ou Capital de Giro, tampouco na fração correspondente a 16,66% dessa quantia, conforme

disposto no Edital retro, vindo a ferir instrumento legal de regramento das licitações e contratos administrativos. As empresas que participam dos processos de licitação já são obrigadas a comprovar os índices e o Patrimônio Líquido nos patamares exigidos, sendo a exigência aqui discutida desnecessária. Neste sentido, aduz Marçal Justen Filho que: “com a alteração trazida pela Lei n. 8.883, ficou clara a inviabilidade de adoção de índices vinculados a finalidades distintas da mera comprovação da disponibilidade de recursos para satisfatória execução do objeto contratado. A lei não determina nem especifica os índices a serem adotados, remetendo aos fornecidos pela ciência da contabilidade e pelas regras usuais no campo de auditoria. Em qualquer caso, porém, o índice deverá ser apto a avaliar apenas a capacitação financeira do interessa para a execução do contrato. Não se admitem exigências referidas à rentabilidade ou à lucratividade nem ao faturamento do sujeito” (in Comentários à Lei de Licitações e Contratos Administrativos, 8ª ed. São Paulo: Dialética, 2001 p. 352). (Grifou-se)

Dessarte, a discricionariedade da Administração fica limitada a razoabilidade e ao atendimento do interesse maior da Administração Pública, qual seja, o de contratar o menor preço, dentro de padrões e condições que satisfaçam critérios amparados pela legislação. Contudo, no presente edital ocorreu a descon sideração do princípio da razoabilidade, da legalidade e da isonomia, uma vez que não há fundamento explícito que justifique a adoção do Capital Circulante Líquido ou Capital de Giro conforme fora solicitado no item 10.7.1.1.2.6. do Edital.

O Tribunal de Contas da União já decidiu em caso semelhante, sobre a desnecessidade de exigências mais complexas quando preenchidos outros requisitos previstos pelo edital, como índices de saúde financeira, vejamos o julgado in verbis: “São a Liquidez Geral (LG) e a Liquidez Corrente (LC) os índices utilizados pelo subitem 6.3 do edital (fl.22) para comprovação da boa situação financeira da proponente. Quanto maiores esses índices, melhor. Um índice de LG menor do que 1 demonstra que a empresa não tem recursos suficientes para pagar as suas dívidas, devendo gera-los. Já um índice de LC menor do que 1 demonstra que a empresa não possui folga financeira a curto prazo. Se os dois índices forem maiores que 1, a empresa estará financeiramente saudável [...]. Nesse sentido, qualquer empresa de pequeno ou

grande porte poderia participar da concorrência, independentemente de capital ou de patrimônio líquido mínimo, desde que tivesse os seus índices contábeis nos valores normalmente adotados para comprovar sua boa situação financeira” (Acórdão nº 247/2003, Plenário, Rel. Min. Marcos Vileça). Depreende-se, portanto, dispensável a exigência de Capital Circulante Líquido (CCL) ou Capital de Giro para a licitação em comento, eis que o Edital da licitação já contempla exigência de índices que demonstram a saúde financeira das empresas licitantes, aliás, a própria Lei nº 14.133/2021 em seu art. 69, §5º, torna ilegítima a exigência estabelecida, ao passo que o dispositivo mencionado determina que: § 5º É vedada a exigência de índices e valores não usualmente adotados para a avaliação de situação econômico-financeira suficiente para o cumprimento das obrigações decorrentes da licitação.

A Nova Lei de Licitações 14.133/21 sobre a habilitação econômico-financeira não traz menção expressa da exigência do Capital Circulante Líquido ou Capital de Giro (Ativo Circulante - Passivo Circulante) de, no mínimo, 16,66% (dezesseis inteiros e sessenta e seis centésimos por cento) do valor estimado da contratação, vejamos: Art. 69.

A habilitação econômico-financeira visa a demonstrar a aptidão econômica do licitante para cumprir as obrigações decorrentes do futuro contrato, devendo ser comprovada de forma objetiva, por coeficientes e índices econômicos previstos no edital, devidamente justificados no processo licitatório, e será restrita à apresentação da seguinte documentação: I - balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais; II - certidão negativa de feitos sobre falência expedida pelo distribuidor da sede do licitante. § 1º A critério da Administração, poderá ser exigida declaração, assinada por profissional habilitado da área contábil, que ateste o atendimento pelo licitante dos índices econômicos previstos no edital. § 2º Para o atendimento do disposto no caput deste artigo, é vedada a exigência de valores mínimos de faturamento anterior e de índices de rentabilidade ou lucratividade. § 3º É admitida a exigência da relação dos compromissos assumidos pelo licitante que importem em diminuição de sua capacidade econômico-financeira, excluídas parcelas já executadas de contratos firmados.

§ 4º A Administração, nas compras para entrega futura e na execução de obras e serviços, poderá estabelecer no edital a exigência de capital mínimo ou de patrimônio líquido mínimo equivalente a até 10% (dez por cento) do valor estimado da contratação. § 5º É vedada a exigência de índices e valores não usualmente adotados para a avaliação de situação econômico-financeira suficiente para o cumprimento das obrigações decorrentes da licitação. § 6º Os documentos referidos no inciso I do caput deste artigo limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos.

Assim, muito embora haja efetivamente previsão quanto a “relação dos compromissos assumidos pelo licitante que importem diminuição da capacidade operativa ou absorção de disponibilidade financeira”, não há na literalidade da Lei nada que legitime a exigência de capital de giro na fração de 16,66% do valor estimado da contratação, restando o respectivo critério órfão de justificativa legal. Então, havendo possível dúvida sobre a capacidade financeira da empresa licitante, é possível a realização da diligência específica para apuração dos compromissos assumidos pelo licitante que possam causar diminuição da capacidade de operação ou disponibilidade financeira. A ilegalidade especificada não encontra amparo legal no art. 37, inciso XXI, da Constituição da República e art. 69 da Lei nº 14.133/2021, assim como contraria o art. 4º, inciso XIII, da Lei nº 10.520/02, ante a restrição à participação de interessados, contrariando a Lei nº 10.520/02. A regra do edital ora impugnada caracteriza afronta à Constituição Federal (art. 37, inciso XXI) e à Nova Lei de Licitações, constituindo fator restritivo à participação de empresas, bem como, os princípios regentes do procedimento licitatório impedem que pelo ato convocatório se restrinjam a participação no processo e o direito de licitar, ferindo o disposto no artigo 9º da Lei nº 14.133/21.

Portanto, a legislação proíbe que editais façam exigências comprometedoras do caráter competitivo da licitação, como é o caso questionado ao se apresentar exigência que ignora as condições da legislação sobre a impossibilidade de exigência de capital de giro em tal fração, sendo necessária a exclusão do item 10.7.1.1.2.6. do Edital, pois, agride frontalmente os princípios da Administração Pública, sendo da legalidade, impessoalidade, competitividade, e ainda Marçal. Justen Filho dispõe, “o administrador, em cumprimento ao princípio da

legalidade, só pode atuar nos termos estabelecidos pela lei". Deste modo, requer-se a alteração das cláusulas do item 10.7.1.1.2.6. do Edital, excluindo a exigência de comprovação de capital circulante líquido ou capital de giro (ativo circulante – passivo circulante) de, no mínimo, 16,66% (dezesseis inteiros e sessenta e seis centésimos por cento) do valor estimado da contratação.

II. REQUERIMENTOS Diante do exposto,

REQUER:

- a) O recebimento da presente Impugnação ante sua tempestividade;
- b) O acolhimento da presente Impugnação, para que os vícios apontados no instrumento convocatório em tela sejam corrigidos e a legalidade possa se estabelecer, pois, caso contrário, o processo estará maculado de vício insanável, gerando-se a nulidade absoluta de todos os atos dele decorrentes;
- a) A alteração do Edital em seu ITEM 10.7.1.1.2.6., a fim de excluir a exigência de comprovação de Capital Circulante Líquido (CCL) ou Capital de Giro (Ativo Circulante – Passivo Circulante) de, no mínimo, 16,66% (dezesseis inteiros e sessenta e seis centésimos por cento) do valor estimado para a contratação ou item pertinente, tendo por base o balanço patrimonial e as demonstrações contábeis do último exercício social; CCL = Giro (Ativo Circulante – Passivo Circulante); b) Caso não seja este o entendimento de Vossa Senhoria, requer desde logo, que seja a presente Impugnação submetida à apreciação da Autoridade Superior competente, para que delibere sobre seus termos, conforme legislação em vigor.

Desta forma, requer-se a apreciação e provimento das razões aqui apresentadas por serem condizentes com as normas gerais que regem o certame.

Termos em que pede e espera deferimento.

União da Vitória/PR, 23/07/2024.

SUL BRASIL SERVIÇOS LTDA.

O pedido de impugnação foi enviado para o Serviço de Apoio que emitiu o parecer a seguir:

O edital do Pregão Eletrônico 405/2024 cujo objeto é a contratação de empresa especializada na prestação de serviço de limpeza, interna e externa, de ambiente hospitalar, foi pautado na Lei 14133/2021 e na regulamentação estadual editada pelo Decreto 10086/2022.

Também foi adotada a Instrução Normativa 005/2017 que dispõe sobre as regras e diretrizes do procedimento de contratação de serviços sob o regime de execução indireta no âmbito da Administração Pública federal direta, autárquica e fundacional, pois encontra-se vigente. A utilização da IN 005/2017 como parâmetro ocorre pois o Estado do Paraná não dispõe de regulamentação específica para os serviços com dedicação exclusiva de mão de obra. A Lei 14133/2021 em seu Art. 69 elenca os documentos que podem ser exigidos para demonstrar a aptidão econômica do licitante.

O artigo possibilita a exigência de índices, porém veda a exigência de índices e valores não usualmente adotados. Para definição dos índices, foram utilizados os parâmetros da IN 005/2017, além da análise técnica por Contadora da UNIOESTE/HUOP. Especificamente quanto a exigência do Capital Circulante Líquido, é exigido para que a contratada demonstre capacidade financeira (fluxo de caixa) de arcar com as obrigações do contrato, desvinculando orçamentário e financeiro. O valor do índice é auferido pelo cálculo $2/12$ ($1/6$), que significa que em um fluxo normal de um contrato administrativo, entre a exigibilidade e o efetivo pagamento podem transcorrer até duas competências.

A IN 005/2017, em seu ANEXO VII-A estabelece as diretrizes gerais para elaboração do ato convocatório, e em seu item 11.1 Nas contratações de serviços continuados com dedicação exclusiva de mão de obra, a Administração deverá exigir, alínea b) Capital Circulante Líquido ou Capital de Giro (Ativo Circulante - Passivo Circulante) de, no mínimo, 16,66% (dezesesseis inteiros e sessenta e seis centésimos por cento) do valor estimado da contratação, tendo por base o balanço patrimonial e as demonstrações contábeis do último exercício social.

Assim, o parâmetro exigido do CCL foi pautado na IN 005/2017 que é utilizada nas contratações com dedicação exclusiva de mão de obra, sendo um valor oficial, normatizado, sendo usualmente adotado.

Desta forma, recebemos a impugnação por ser tempestiva, mas negamos provimento.

Sendo que tenho para momento me encontro a disposição para eventuais esclarecimentos.

Eliane T. B. Comineti Seção de Apoio

Portaria: 3285

RG 8109336-9

Estes são os fatos apresentados.

Relatados. Passa-se a decidir:

Pois bem!

O parecer emitido pelo Serviço de Apoio, setor responsável pelo gerenciamento deste contrato negou parecer favorável ao pedido de Impugnação da empresa SUL BRASIL SERVIÇOS LTDA referente ao Pregão Eletrônico 00405-24, informamos que:

Acreditamos ser improcedente o pedido de impugnação, sendo assim informo que o certame permanecerá sem alteração do Edital, referente a exigência de comprovação de Capital Circulante Líquido (CCL) ou Capital de Giro (Ativo Circulante – Passivo Circulante) de, no mínimo, 16,66% (dezesseis inteiros e sessenta e seis centésimos por cento) do valor estimado para a contratação ou item pertinente.

III – CONCLUSÃO

Diante do exposto, recebo a presente impugnação, por ser tempestiva, mas nego-lhe provimento.

Assim, o edital será mantido na data prevista sem nenhuma alteração.

Atenciosamente,

Aline Pereira do Amaral Camargo

Pregoeira